

DDSD

Data, Hora e Local: Realizada no dia 28/04/2022, às 10h, de forma híbrida, comportando participação presencial e digital, na sede social da Diagnósticos Companhia S.A. ("Companhia"), Barueri/SP, na Avenida Juruá, 434, Alphaville, CEP 06455-010. **2. Convocação:** Edital de convocação publicado, em 1º de março de 2022, nos jornais "DOESP", nas edições dos dias 29, 30 e 31/03/2022 - páginas 56, 14 e 35, respectivamente - e no "Diário de Notícias" (<https://diariodnoticias.com.br/publicidade-legal>), nas edições dos dias 29, 30 e 31/03/2022 - páginas 16, 8 e 10, respectivamente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 11.033/2022, acompanhadas das respectivas atas ("Atas").
3. Demonstrações Financeiras: Demonstrações financeiras auditadas pelo auditor independente, publicadas nos dias 31/12/2021, 31/03/2022 e 30/06/2022, acompanhadas das respectivas atas, do relatório da administração e parecer dos auditores independentes, publicados nos jornais "DOESP" e "Diário de Notícias" (<https://www.diariodnoticias.com.br/publicidade-legal>) em 14/04/2022.
4. Quórum e Presença: Presentes à AGC2022 os acionistas representando 92,19% do capital social votante da Companhia e presentes à AGE acionistas representando 92,27% do capital social votante da Companhia, excluídas as ações em tesouraria, conforme se verifica pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas e dos registros do sistema eletrônico de participação à distância disponibilizado pela Companhia (*ALFM Easy Voting*), nos termos do art. 21-V, inciso II da Instrução CVM nº 622/2021, bem como o quórum mínimo exigido para a realização da Assembleia Geral Ordinária, conforme comunicado pela Companhia em 26 e 27/04/2022, não foram transmitidos quaisquer votos pelos seus acionistas diretamente à Assembleia, apenas ao escritor das atas da emissão da Companhia, o Itau Corretora de Valores S.A., por meio de boletim de voto à distância. **5. Mesa:** Fernando de Lima França Ferreira Brito, Presidente; e Fabio Ferreira Cunha, Secretário. **6. Documentos submetidos à apreciação da Assembleia:** Os documentos submetidos à apreciação da Assembleia foram numerados e anexados aos autos da presente AGO, sob o seguinte teor:
I) Atas das reuniões anteriores da Assembleia Geral Ordinária, realizadas nos dias 28/04/2021, 28/04/2022 e 28/04/2022, realizados na sede da Companhia os seguintes documentos: (i) Edital de Convocação da presente AGOE; (ii) Demonstrações Financeiras da Companhia; e (iii) Proposta da Administração para a presente AGOE. **7. Requisitos do Sistema Eletrônico:** A plataforma *ALFM Easy Voting* atende aos requisitos exigidos do item I do parágrafo 1º do art. 21-C, § 1º, da ICVM 481. **8. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: (a) Em AGE: (i) o relatório da administração, as contas da diretoria e as atas da Assembleia Geral Ordinária relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021; (ii) a proposta de (a) absorção de parte do prejuízo do exercício social encerrado em 31/12/2021, correspondente a 92,19% do capital social votante da Companhia, a proposta de (b) distribuição de lucros à conta de retenção de lucros da Companhia e (c) orçamento de capital para o exercício de 2022; (iii) a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia, compreendendo o Conselho de Administração e a Diretoria; (iv) a ratificação da remuneração global anual dos administradores da Companhia, compreendendo o Conselho de Administração e a Diretoria, efetivamente paga pela Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2021; e (v) definir o número de membros e a eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia. (b) Em AGE: (i) alteração do artigo 40º do Estatuto Social da Companhia de modo a refletir a exclusão da obrigatoriedade de publicação dos atos societários da Companhia no DOESP, passando o estatuto a prever que os atos societários da Companhia serão publicados exclusivamente no site institucional da Companhia, bem como a consolidação do Estatuto Social da Companhia, desde que aprovada a referida alteração. **9. Procedimentos Preliminares:** Antes de iniciar os trabalhos da Assembleia, o Secretário da Mesa, Sr. Fabio Ferreira Cunha, prestou esclarecimentos sobre o funcionamento do sistema eletrônico de participação à distância disponibilizado pela Companhia (*plataforma digital - ALFM Easy Voting*) e a forma de manifestação e voto dos acionistas que participaram remotamente da Assembleia, bem como informou aos acionistas que (i) os trabalhos da Assembleia seriam gravados, sendo que a gravação ficaria arquivada até o fim do exercício da Companhia nos termos do art. 2º, inciso III, da ICVM 481; (ii) o sistema eletrônico de participação à distância da Assembleia (*plataforma digital - ALFM Easy Voting*) permitia a participação ativa dos acionistas durante todo o processo decisório, permitindo-lhes votar e emitir comentários durante toda a reunião. Ainda, os acionistas que participam à distância através da plataforma *ALFM Easy Voting* autorizaram a Companhia a utilizar quaisquer informações constantes da gravação da Assembleia para os devidos fins de direito. **10. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram: (a) Em AGE: Quanto ao item (i): Aprovar sem ressalvas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, bem como abstenções e votos contrários com 516.723.889 votos a favor, correspondentes a 92,19% do capital social votante da Companhia, o relatório da administração acerca da proposta de absorção de parte do prejuízo líquido do exercício social encerrado em 31/12/2021, bem como a proposta de distribuição de lucros à conta de retenção de lucros da Companhia, bem como a proposta de distribuição de lucros à conta de reservas de lucros da Companhia, desde que aprovada a referida alteração. Quanto ao item (ii): Aprovar sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, com 510.329.430 votos a favor, correspondentes a 91,05% do capital social votante da Companhia, a proposta de (a) absorção de parte do prejuízo do exercício social encerrado em 31/12/2021, pela reserva de lucros da Companhia, sendo que o saldo remanescente permanecerá registrado na conta de prejuízos acumulados, (b) distribuição de lucros à conta de reservas de lucros da Companhia, e (c) orçamento de capital para o exercício de 2022, da seguinte forma: O valor de R\$ 226.149.149,14, correspondente à totalidade do prejuízo líquido do exercício social encerrado em 31/12/2021, deverá ser parcialmente distribuído aos acionistas, a título de dividendos, no valor de R\$ 115.365.149,14, a ser pago em uma única parcela, e o restante de R\$ 110.783.989,79, será reservado na conta de prejuízos acumulados. (b) O valor de R\$ 165.044.010,00, à conta de reserva de lucros da Companhia, deverá ser destinado para o pagamento de lucros aos acionistas da Companhia, cuja totalidade corresponde ao pagamento de juros sobre o capital próprio aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 21/12/2021; e (c) O orçamento de capital do exercício social de 2022, o qual será distribuído conformemente

Aplicações em 2022:	
Expansão orgânica, reformas e equipamentos de RDI (R\$)	619.000.000,00
TI - Modernização, desenvolvimento e manutenção (R\$)	563.000.000,00
Outros (R\$)	-
Total das aplicações	1.182.000.000,00

As fontes de financiamentos para os investimentos a serem realizadas em 2022 deverão ser a geração de caixa da Companhia e a emissão de valores mobiliários, incluindo as notas comerciais e notas promissórias (Ações, bem como captação de empréstimos e financiamentos de terceiros).

Item (iii): Aprovar sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, com 497.440.957 votos a favor, correspondentes a 88,75%, o valor máximo de capitalização da Companhia, a proposta de remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no valor máximo de R\$ 45.597.933,76. **Quanto ao item (iv):** Aprovar sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, com 505.323.457 votos a favor, correspondentes a 90,16% do capital social votante da Companhia, a proposta de ratificação de remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria efetivamente paga pela Companhia no exercício social de 2021 no valor total de R\$ 266.971.251,00. **Quanto ao item (v):** Aprovar sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, com 502.310.879 votos a favor, correspondentes a 89,62% do capital social votante da Companhia, a eleição dos membros do Conselho de Administração por estes indicados, a saber: o Sr. **Pedro de Godoy Bueno**, brasileiro, casado, economista, RG nº 1.112.000-1, eleito exercera seu mandato até a AGO que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2022, de maneira a manter unificado todos os mandatos dos atuais membros do Conselho de Administração. Os acionistas expressamente registram que permanecem empossados os demais membros do Conselho de Administração até o final de seus mandatos. O Conselhoheiro ora eleito tomara posse mediante assinatura de termo lavrado em livro próprio, ficando a efetiva investidura no cargo condicionada à prévia subscrição do Termo de Posse (**Anexo I**). O Conselhoheiro ora eleito declara não estar incorso em nenhum dos crimes previstos em Lei que o impeça de exercer atividade mercantil, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia pública, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do § 1º do artigo 176, (b) da Constituição Federal. **Item (vi):** Aprovar sem ressalvas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, com 511.589 votos a favor, correspondentes a 92,22% do capital social votante da Companhia, a alteração do artigo 40º do Estatuto Social da Companhia de modo a refletir a exclusão da obrigatoriedade de publicação dos atos societários da Companhia no DOESP passando o referido artigo a ter a seguinte redação: “Artigo 40. As publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76 serão realizadas no jornal “Diário de Notícias”. Tendo em vista a alteração ora aprovada, os acionistas deliberam pela consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação contida no **Anexo II** a presente ata. Considerando a aprovação da deliberação, em sede de AGE, do item (i) acima, a Companhia esclarece aos acionistas que, nos termos do artigo 289, § 3º da Lei das Sociedades por Ações, as publicações legais da Companhia, a partir desta Assembleia, serão realizadas somente no jornal “Diário de Notícias”, **11. Mapa de Votação:** A Companhia informa que os números e percentuais de votos favoráveis e contrários foram os seguintes:

III. 12. Apesar de pedido apresentado por meio de Boletins de Votação à Distância, o quórum para instalação do Conselho Fiscal não foi atingido conforme art. 161, § 1º da LSA. Sendo assim, a matéria rejeitada prejudicada não tendo sido instalado, portanto, o Conselho Fiscal. 13. Encerramento da Assembleia: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, e aprovada a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme disposto nos §§ 1º e 2º do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os acionistas presentes. **14. Assinaturas: Mesa: Fernanda de Lima Ferreira Britto, Presidente; Fabio Ferreira Cunha, Secretário.** Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Fabio Ferreira Cunha - Secretário.** JUCESP nº 288.122/22-9 em 03/06/2022. Gisele

Estatuto Social Consolidado - Capítulo II - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º. Diagnósticos da América (S.A. Companhia) é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social, pelo Regulamento do Novo Mercado e pela legislação aplicável. § 1º. Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado. § 2º. A Companhia poderá utilizar, para fins de despesas específicas para realizar a identificação de seus diferentes segmentos de negócio, expressões estas que serão utilizadas como denominar-se-ia fantasia. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro em Barueri/SP, na Avenida Juruá, 434, Alphaville, podendo instalar e manter filiais, agências, escritórios, sucursais, postos de atendimento, lojas, escritórios de representação e outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional, por objeto social: I, a prestação de serviços auxiliares de apoio diagnóstico (SAD) a pacientes particulares ou através de empresas conveniadas, companhias abertas, seguradoras, entidades de assistência médico-hospitalar, outras modalidades de custeio da saúde, incluindo análises clínicas e vacinação, diretamente, ou em caráter suplementar, por intermédio de laboratórios contratados; bem como outros serviços auxiliares de apoio diagnóstico (SAD), exclusivamente através de empresas médicas especializadas, como exemplo nas áreas de: (a) citologia e anatomia patológica; b) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; e c) laboratório de medicina nuclear; II, a prestação de serviços médicos e ambulatoriais com abrangência para consultas médicas, presenciais ou a distância, procedimentos ambulatoriais, procedimentos ambulatoriais com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos e exames complementares e administração de medicamentos; e III, a exploração de modalidades de custeio da saúde; III, a exploração de atividades relativas a: (a) realização de exames em alimentos e substâncias para fins de avaliação de risco ao ser humano; (b) importação, para uso próprio, de equipamentos médico-hospitalares, conjuntos para diagnósticos e correlatos em geral; (c) elaboração, edição, publicação e distribuição de jornais, livros, revistas, periódicos e outros veículos de comunicação escrita, destinados à divulgação científica ou das atividades compreendidas no âmbito de atuação da Companhia; (d) outorga e administração de franquia empresarial, compreendendo tudo o que propagando, identificação e divulgação, treinamento e seleção de mão-de-obra, indicação de fornecedores de equipamentos e material de pesquisa, entre outros; (e) serviços de consultoria e assessoria na área de saúde; (f) atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica; (g) curso de aprendizagem e treinamento de pessoal em áreas não custeáveis; (h) desenvolvimento de programas de computador, software, e (i) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; IV, a prestação de serviços médico-hospitalares, incluindo a integração com a rede de atendimento em domicílio, com a finalidade de domiciliar e atividades de consultoria para apoio à gestão de saúde, somente na área médica; e VII, a participação em outras sociedades, empresariais, ou não empresariais, em conjunto com a medicina, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminada.

Capítulo II - Do Capital Social, das Ações e dos Acionistas - Artigo 5º. O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$16.359.158.784,94, dividido por 560.510.880 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Artigo 6º.** A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de novas ações, desde que o capital social não exceda o valor de 1.000.000.000 de ações ordinárias. § 1º. Dentro dos limites autorizados neste Artigo poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, emitir ações ordinárias, sem direito de preferência ou redução do prazo de que trata o § 4º do art. 171 da Lei nº 6.404/76, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado. **Capítulo III - Da Administração da Companhia - Seção I - Da Assembleia Geral - Artigo 10.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da lei ou deste Estatuto Social. § 1º. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos. § 2º. A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia constantes dos respectivos pedidos de convocação, quando presentes os seguintes requisitos: (i) o Presidente da Companhia, o Co-Presidente da Companhia, o Vice-Presidente da Companhia ou o Presidente do Conselho de Administração, ou (ii) em caso de adoção de regime de Co-Previdência, na forma do Artigo 18, por um dos seus administradores, quando que estiver na ausência de ambos, será presidida por acionista escolhido pelos presentes observado o previsto no § 1º do Artigo 10. O Presidente da Assembleia Geral indicará o secretário. § 1º. A Assembleia Geral deverá observar que o exercício do voto de acionista signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, corresponda à instrução de voto proferida nos seus respectivos termos, cujos efeitos aplicam-se à Companhia. § 2º. A Companhia não poderá solicitar no anúncio de convocação que o Acionista apresente, com até 48 horas de antecedência à data de realização da Assembleia Geral, os documentos necessários para a sua participação. § 3º. Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos referidos documentos não poderá, no momento da abertura dos trabalhos, poder participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. § 4º. Os direitos de voto de cada acionista serão calculados com base no número de ações dele detidas, e não com base no valor nominal das mesmas. § 5º. O acionista que não comparecer à Assembleia Geral, bem como facilitador e eleição de candidatos ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal, quando instalado, de acordo com as normas estabelecidas pela CVM. § 5º. As atas das Assembleias Gerais devem permitir o pleno entendimento das discussões havidas na respectiva Assembleia Geral, ainda que lavradas em forma de sumário de fatos ocorridos, e trazer a identificação dos votos proferidos pelos acionistas. **Artigo 12.** Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei: I. Eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; II. Definir o regimento de Presidência ou Co-Previdência do Conselho de Administração; III. Indicar o Presidente, o Co-Presidente (se for o caso) e o Vice-Presidente do Conselho de Administração; IV. Fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal; V. Autorizar a emissão de ações ordinárias, sem direito de preferência ou redução do prazo de que trata o § 4º do art. 171 da Lei nº 6.404/76, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado. **Capítulo III - Da Administração da Companhia - Seção I - Da Assembleia Geral - Artigo 10.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da lei ou deste Estatuto Social. § 1º. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos. § 2º. A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia constantes dos respectivos pedidos de convocação, quando presentes os seguintes requisitos: (i) o Presidente da Companhia, o Co-Presidente da Companhia, o Vice-Presidente da Companhia ou o Presidente do Conselho de Administração, ou (ii) em caso de adoção de regime de Co-Previdência, na forma do Artigo 18, por um dos seus administradores, quando que estiver na ausência de ambos, será presidida por acionista escolhido pelos presentes observado o previsto no § 1º do Artigo 10. O Presidente da Assembleia Geral indicará o secretário. § 1º. A Assembleia Geral deverá observar que o exercício do voto de acionista signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, corresponda à instrução de voto proferida nos seus respectivos termos, cujos efeitos aplicam-se à Companhia. § 2º. A Companhia não poderá solicitar no anúncio de convocação que o Acionista apresente, com até 48 horas de antecedência à data de realização da Assembleia Geral, os documentos necessários para a sua participação. § 3º. Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos referidos documentos não poderá, no momento da abertura dos trabalhos, poder participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. § 4º. Os direitos de voto de cada acionista serão calculados com base no número de ações dele detidas, e não com base no valor nominal das mesmas. § 5º. O acionista que não comparecer à Assembleia Geral, bem como facilitador e eleição de candidatos ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal, quando instalado, de acordo com as normas estabelecidas pela CVM. § 5º. As atas das Assembleias Gerais devem permitir o pleno entendimento das discussões havidas na respectiva Assembleia Geral, ainda que lavradas em forma de sumário de fatos ocorridos, e trazer a identificação dos votos proferidos pelos acionistas. **Artigo 12.** Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei: I. Eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; II. Definir o regimento de Presidência ou Co-Previdência do Conselho de Administração; III. Indicar o Presidente, o Co-Presidente (se for o caso) e o Vice-Presidente do Conselho de Administração; IV. Fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal; V. Autorizar a emissão de ações ordinárias, sem direito de preferência ou redução do prazo de que trata o § 4º do art. 171 da Lei nº 6.404/76, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

Das Disposições Gerais - Artigo 13. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. § 1º. Os administradores deverão imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à B3 S.A., Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") a quantidade e as características dos valores mobiliários em emissão da Companhia de que sejam titulares, diretos ou indiretamente, inclusive seus derivativos, na forma da regulamentação vigente. § 2º. À posse dos administradores e dos membros do conselho fiscal, eletivos ou suplentes, fica condicionada a assinatura de termo de posse, que deve conter declaração sob juramento de cumprir fielmente os deveres inerentes aos cargos para os quais foram nomeados e não exercerem atividades incompatíveis com suas funções; o voto dos administradores e caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição da verba individualmente, observado o disposto neste Estatuto Social. **Artigo 15.** Observada a convocação regular na forma deste Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes, exceto se de outra forma expressamente previsto neste Estatuto Social. § Único - Somente será dispensada a convocação prévia de todos os administradores para reunião, como condição de sua validade, se estiverem presentes dois terços dos votos do órgão se reunido, para este fim, desde que haja sido previamente aprovada por unanimidade a aplicação desta exceção. Quando algum membro ou enviado comparecer previamente à reunião sem estar devidamente autorizado pelo Conselho de Administração, seu comparecimento não produzirá efeitos nem o indivíduo poderá observar, no que for aplicável, as disposições dos acordos de acionistas arquivados na sede social, e não serão computados os prazos preferidos nas reuniões dos órgãos da administração em violação ao disposto em tais acordos de acionistas. **Artigo 17.** A Companhia poderá identificar e/ou manter indenês seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e seus controladas (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos decorrentes das ações legais movidas contra eles, incluindo honorários advocatícios, parcelas jurídicas, custos processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia. **Sub-Seção II - Do Conselho de Administração - Artigo 18.** O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) até máximo, 9 (nove), totais eleitos e substituíveis pela Assembleia Geral, sendo um conselheiro Presidente e um Vice-Presidente, ou dois Co-Pre-sidentes. É caso de eleição geral pelo Conselho de Administração quando, com mandato de duração de 2 anos, sendo permissível a reeleição. No primeiro ano de funcionamento do Conselho de Administração, no mínimo 60% (sessenta por cento) que for maior, deverá ser escolhido independentemente do Regime Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada nesta Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76, na hipótese de haver acionista controlador. § 2º. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior. § 3º. Na AGO, os membros do Conselho de Administração devem apresentar declarações assinadas pelos mesmos atestando que possuem qualificação necessária para desempenhar os seus cargos mediante a assinatura de termo lavrado em livro próprio, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se dele tiverem tomado outra forma deliberado pela Assembleia Geral. § 5º. Os membros do Conselho de Administração deverão ter reputação ilibada, não podendo ser eleito salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que: (a) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (b) tiver declarado representar interesse conflitante com a Companhia; não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se constitua impedimento legal para o exercício de uma atividade profissional independente, seja ela remunerada ou não, compatível com o desempenho normal do processo de voto múltiplo na forma da lei, a Assembleia Geral deverá votar através de chapas, previamente apresentadas por escrito à Companhia até 5 dias antes da data para a qual estiver convocada a Assembleia, sendo vedada a apresentação de mais de uma chapa pelo mesmo acionista ou conjunto de acionistas. A mesa não aceitará o registro de qualquer chapa, nem o exercício do direito de voto na eleição dos membros do Conselho de Administração, em circunstâncias que configurem violação às disposições da lei e deste Estatuto Social. § 7º. O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso indevido às informações privilegiadas da Companhia, ficando expressamente vedado o exercício do seu direito de voto. § 8º. O Conselho de Administração poderá criar comitês ou grupos de trabalho para objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas. **Artigo 19.** O Presidente ou os dois Co-Presidentes (caso a Assembleia Geral opte pelo Regime de Co-Presidência) e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão nomeados indicados pela Assembleia Geral. § 1º. Caberá ao Presidente do Conselho de Administração ou, em caso de adoção do regime de Co-Presidência, na forma do Artigo 18, aos Co-Presidentes, coordenar as atividades do órgão, buscando a eficiência e o bom desempenho do órgão e de cada um de seus membros, além de assegurar a conformidade das decisões tomadas pelo Conselho de Administração com a legislação brasileira e com o presente Regulamento de Administração e na sua ausência, ao Vice-Presidente de referido órgão, sendo que, na ausência de ambos, os membros presentes definirão quem presidirá a reunião. Em caso de adoção do regime de Co-Présidência, as reuniões serão presididas por um de seus Co-Presidentes ou, na falta ou impedimento de ambos, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. § 2º. Nas deliberações do Conselho de Administração será atribuído ao Presidente do Conselho de Administração (ou, em caso de adoção do regime de Co-Présidência, ao membro Co-Presidente que estiver presidindo a reunião) o voto de qualidade em caso de empate na votação. § 3º. Correrá vedação ao cargo de co-presidente, os dois membros eleitos simultaneamente nomearam-se mutuamente como substitutos no primeiro dia seguinte ao término da sessão ordinária, quando o prazo de vigência do mandato do membro substituível expirar antes deste Estado Social, considerará-se á vacância em caso de morte, incapacidade permanente, renúncia, destituição ou ausência injustificada por mais de três reuniões consecutivas. § 4º. Em caso de vacância da maioria dos cargos do Conselho ou caso o número de membros venha a ser inferior ao mínimo previsto neste Estatuto Social, a Assembleia Geral será convocada para proceder nova eleição. **Artigo 20.** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Conselho de Administração ou pelo Vice-Presidente ou Co-Presidente, conforme estabelecido no presente Estatuto Social, podendo ainda convocar-se a qualquer tempo, mas somente se houver autorização prévia do Conselho de Administração para tal. Poderão ser realizadas, excepcionalmente, por conferência telefônica, video conferência, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação no qual haja prova inequívoca da manifestação de voto. § 1º. As convocações para as reuniões serão feitas por escrito com antecedência mínima de 5 dias, pelo meio de carta, entrega pessoal, e-mail ou qualquer forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário. § 2º. Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no Livro Atas de Reuniões do Conselho de Administração assina-das pelos conselheiros presentes e pelo representante legal da Companhia. O Conselho de Administração deverá registrar com clareza e registar as atas tomadas, as pessoas presentes ou autorizadas a fazer parte das mesmas, assim como o conteúdo das discussões ocorridas durante a reunião, o teor do voto emitido e o resultado alcançado. Se alguma decisão for tomada por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem; serão ainda considerados os presentes à reunião os membros que dela participam por meio de conferência telefônica, ou outro meio que permita a identificação do Conselheiro e a

[illegible]

Continuação - venturas, fundações, clubes de investimento, condomínios, cooperativas e trusts, fundos ou carteiras de investimentos, universalidades de direitos ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento serão considerados parte de um mesmo Grupo de Pessoas sempre que tiverem os mesmos administradores ou gestores ou, ainda, cujos administradores ou gestores estejam sob controle comum, sendo certo que, no caso de fundos de investimentos com administrador ou gestor comum, somente serão considerados como um Grupo de Pessoas aquelas cuja política de investimentos e de exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador ou gestor, em caráter discricionário. "Outros Direitos" significa qualquer (a) usufruto ou fideicomisso sobre ações de emissão da Companhia; (b) opção ou direito de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possa resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; (c) derivativo referenciado em ações de emissão da Companhia que preveja a possibilidade de liquidação não exclusivamente financeira; ou (d) outro direito que assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia, observado que não são considerados "Outros Direitos" (1) a titularidade de bônus de subscrição ou de debêntures conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, até o seu efetivo exercício, conversão ou permuta (quando quaisquer ações recebidas em decorrência de seu exercício, conversão ou permuta serão computadas para fins deste Artigo); e (2) a constituição de garantia sobre ações de emissão da Companhia. "Pessoa" significa qualquer pessoa natural ou jurídica, sociedade, associação, joint venture, fundação, clube de investimento, condomínio, cooperativa, trust, fundo ou carteira de investimentos, universalidade de direitos ou qualquer outra forma de organização ou empreendimento, residente ou não no Brasil ou no exterior. "Sucessor(es)" significa, com relação a qualquer Pessoa, seus respectivos herdeiros, sucessores e cônjuges ou companheiros, cotistas, sócios e investidores, a qualquer título, incluindo como resultado de reorganizações societárias, em sucessão legítima ou testamentária, antecipação de legítima, doações, meações ou partilhas (inclusive por divórcios ou separações consensuais) ou planejamentos sucessórios (tais como transferência para trust ou entidade fiduciária similar), bem como as respectivas Afiliadas de tais Pessoas. **Artigo 32** - E facultada a formulação de uma única OPA, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo V ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de OPA e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável. **Artigo 33** - A Companhia, no caso de cancelamento de uma oferta pública de subscrição, o acionistas responsáveis pela realização da OPA, conforme assim definidos neste Estatuto Social e/ou nas demais regulamentações expedidas pela CVM, poderão viabilizar a sua efetivação por intermédio de terceiros, sem que isso signifique qualquer exoneração da obrigação de realizar a OPA pela Companhia e/ou pelos acionistas responsáveis, conforme o caso, sempre com observância das regras aplicáveis. **Artigo 34** - Os casos omissos neste Estatuto Social

serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.404/76. **Capítulo VI - Alienação de Controle e Saída do Novo Mercado - Artigo 35.** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente de controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar o tratamento igualitário aquele dado ao alienante. **Artigo 36.** Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei nº 6.404/76; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações. **§ Único** - A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **Capítulo VII - Do Juízo Arbitral - Artigo 37.** A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com a condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado. **Capítulo VIII - Da Liquidação da Companhia - Artigo 38.** A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecendo as formalidades legais. **Capítulo IX - Disposições Gerais - Artigo 39.** A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, obrigam-se a cumprir o disposto no Regulamento do Novo Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com a condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado. **Capítulo VIII - Da Liquidação da Companhia - Artigo 38.** A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecendo as formalidades legais. **Capítulo IX - Disposições Gerais - Artigo 39.** A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, obrigam-se a cumprir o disposto no Regulamento do Novo Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com a condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado. **Artigo 41.** As disposições contidas no § 1º do Artigo 1º, Artigo 12, inciso XI, XI, § 1º do Artigo 13, § 1º e § 2º do Artigo 18, Capítulo V e Capítulo VI, somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 61.486.650/0001-83 - NIRE nº 35.300.172.507
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 06/06/2022

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 06/06/2022, às 17h, na sede da Diagnósticos da América S.A., localizada na Avenida Juruá, 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 20, § 4º, do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Dulce Pugliese de Godoy Bueno, Presidente; e Fabio Ferreira Cunha, Secretário. **4. Ordem do Dia:** Realizar-se-á o Conselho de Administração da Companhia para, nos termos do Art. 21, inciso II, do Estatuto Social da Companhia, apreciar e deliberar sobre (I) o pedido de renúncia do Sr. **Andrew Thomas Campbell**, Diretor de Relações com Investidores da Companhia; (II) a eleição do Sr. **Glauco Desiderio**, abaixo qualificado, para ocupar o cargo de Diretor de Relações com Investidores; (III) a consolidação da atual composição da Diretoria da Companhia; (IV) a autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos necessários à execução das deliberações tomadas nesta reunião. **5. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, a totalidade dos membros do Conselho de Administração deliberou, sem ressalvas: **5.1.** Aprovar a renúncia apresentada pelo Sr. **Andrew Thomas Campbell**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 63.992.768-3 SSP/SP, CPF/ME nº 227.818.428-85, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, pelo cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia, renunciando ao cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia. **5.2.** Ratificar que a renúncia do Sr. **Andrew Thomas Campbell** produzirá efeitos a partir de 06/06/2022 e registrar os agradecimentos aos serviços prestados pelo Sr. **Andrew Thomas Campbell** a Companhia. **5.3.** Eleger, com mandato a partir da assinatura do termo de posse, o que ocorre na presente data, até a AGO da Companhia que aprovar as contas do exercício social findo em 31/12/2024, o Sr. **Glauco Desiderio**, brasileiro, casado, administrador, RG nº 26.688.418-0 SSP/SP, CPF/ME nº 255.326.828-95, com endereço comercial na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, CEP 06.455-010, para ocupar o cargo de Diretor de Relações com Investidores, tendo dentre suas atribuições, além daquelas cometidas por lei, dirigir as atribuições da diretoria de relações com investidores, incluindo (i) ser responsável por prestar informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, e manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicáveis às companhias abertas, observadas as disposições do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia; (ii) apoiar as lideranças da Companhia na gestão dos projetos estratégicos e das respectivas interdependências; (iii) realizar a manutenção da relevância de equipes (desenvolvimento e formação de massa crítica). O Diretor, ora eleito, será investido em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse, que passa a integrar o presente instrumento com seu **Anexo I**, e será lavrado em livro próprio da Companhia. **5.4.** Consolidação e ratificação da composição da Diretoria da Companhia, verificadas as condições obrigatórias previstas no Artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, conforme segue: em relação aos Diretores, com designação específica: **(a) Diretor Presidente: Pedro de Godoy Bueno**, brasileiro, casado, economista, RG nº 22.352.879-5 SSP/RS, CPF/ME nº 126.861.457-22, com endereço comercial na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (b) **Diretor Financeiro: Felipe da Silva Guimarães**, brasileiro, casado, economista, RG nº 12.713.868-0 SESP/PR, CPF/ME nº 126.861.457-22, com endereço comercial na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (c) **Diretor de Relações com Investidores: Andrew Thomas Campbell**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 63.992.768-3 SSP/SP, CPF/ME nº 227.818.428-85, com endereço comercial na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (d) **Diretor sem Designação Específica: Carlos de Barros Jorge Neto**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, RG nº 12.889.478-9 IFPR/PR, CPF/ME nº 055.275.307-64, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (e) **Diretor sem Designação Específica: Rafael Lucchesi**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 26.783.766-5 SSP/SP, CPF/ME nº 282.429.088-93, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (f) **Diretor sem Designação Específica: Linaldo Vilar Junior**, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro químico, RG nº 3.349.376 SSP/PE, CPF/ME nº 649.958.664-00, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (g) **Diretor sem Designação Específica: Marcelo Mearim Lima**, brasileiro, casado, médico, RG nº 26.220.938-X SSP/SP, CPF/ME nº 214.712.948-89, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (h) **Diretor sem Designação Específica: Venâncio Jacinto Guimarães Neto**, brasileiro, casado, administrador, RG nº 33.559.755-5 SSP/SP, CPF/ME nº 226.533.888-55, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (i) **Diretor sem Designação Específica: Sérgio Ricardo Rodrigues de Almeida Santos**, brasileiro, solteiro, médico, CRM/SP nº 88.019, RG nº 2.033.770-5 SSP/SP, CPF/ME nº 150.230.09823, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (j) **Diretor sem Designação Específica: Andréa Rezende Dolabela**, brasileira, casada, administradora, RG nº 17.266.682 SSP/MG, CPF/ME nº 892.566.705-15, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (k) **Diretor sem Designação Específica: Fabro Rose**, brasileiro, casado, pedagogo, RG nº 29.356.757-4 SSP/SP, CPF/ME nº 252.494.808-02, com endereço comercial na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, tendo dentre suas atribuições, além daquelas cometidas por lei, dirigir a área de pessoas da Companhia, incluindo a administração de pessoal, treinamento, recrutamento e seleção, atuando na manutenção e desenvolvimento das políticas de recursos humanos, (n) **Diretor sem Designação Específica: Emerson Leandro Gasparetto**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, médico, RG nº 23.559.895-0 SSP/PR, CPF/ME nº 861.084.098-91, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, tendo dentre suas atribuições, além daquelas cometidas por lei, dirigir as operações hospitalares e de oncologia da Companhia, incluindo o planejamento, a implementação e a execução de planos de ação e tático, tendo como responsabilidade, ainda, o relacionamento com gestores internos e a análise de resultados e métricas de desempenho, (o) **Diretor sem Designação Específica: Sérgio Ricardo Rodrigues de Almeida Santos**, brasileiro, solteiro, médico, CRM/SP nº 88.019, RG nº 2.033.770-5 SSP/SP, CPF/ME nº 150.230.09823, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, tendo dentre suas atribuições, além daquelas cometidas por lei, dirigir o processo de posicionamento estratégico da companhia, incluindo a elaboração das políticas e dos fluxos das áreas, a fim de contribuir para o alcance dos objetivos de curto e longo prazo da companhia, além de avaliar resultados e acompanhar indicadores de desempenho e (p) **Diretor sem Designação Específica: Andréa Rezende Dolabela**, brasileira, casada, administradora, RG nº 17.266.682 SSP/MG, CPF/ME nº 892.566.705-15, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, tendo dentre suas atribuições, além daquelas cometidas por lei, dirigir a área de marketing da Companhia, incluindo o planejamento, a implementação e a execução de planos de ação e tático, o desenvolvimento de conceitos de marketing para marcas, tendo como responsabilidade, ainda, o relacionamento com gestores internos e a análise de resultados e métricas de desempenho. **5.5.** Autorizar os Diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ora tomadas, incluindo, sem limitação, realizar os registros e atualizações cadastrais da Companhia nos órgãos públicos e privados competentes. **6. Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **7. Assinaturas:** Mesa: Dulce Pugliese de Godoy Bueno, Presidente; e Fabio Ferreira Cunha, Secretário. **Conselheiros Presentes:** Dulce Pugliese de Godoy Bueno, Henrique Lourenço Grossi, Romeu Cortes Domingues, Oscar de Paula Bernardes Neto, Alexandre de Barros e George Schahin. Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. **Fabio Ferreira Cunha** - Secretário, JUCESP nº 313.803/22-5 em 21/06/2022. Gisela Simiema Caschin - Secretária Geral.

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 28/04/2022, às 9h, na sede da Diagnósticos da América S.A., localizada na Avenida Juruá, 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 20, § 4º, do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Dulce Pugliese de Godoy Bueno, Presidente; e Fabio Ferreira Cunha, Secretário. **4. Ordem do Dia:** Realizar-se-á o Conselho de Administração da Companhia para, nos termos do Art. 21, inciso II, do Estatuto Social da Companhia apreciar e deliberar sobre (I) a reeleição dos membros da Diretoria; e (II) a consolidação da atual composição da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, a totalidade dos membros do Conselho de Administração deliberou, sem ressalvas: **5.1.** Reeleger para um mandato unificado de 3 anos, até a AGO que aprovar as contas do exercício social findo em 31/12/2024, verificada o cumprimento dos requisitos previstos nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 de 1966, o Sr. **Glauco Desiderio**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 63.992.768-3 SSP/SP, CPF/ME nº 227.818.428-85, com endereço comercial na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (b) **Diretor Financeiro: Felipe da Silva Guimarães**, brasileiro, casado, economista, RG nº 12.713.868-0 SESP/PR, CPF/ME nº 126.861.457-22, com endereço comercial na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (c) **Diretor de Relações com Investidores: Andrew Thomas Campbell**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 63.992.768-3 SSP/SP, CPF/ME nº 227.818.428-85, com endereço comercial na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (d) **Diretor sem Designação Específica: Carlos de Barros Jorge Neto**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, RG nº 12.889.478-9 IFPR/PR, CPF/ME nº 055.275.307-64, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (e) **Diretor sem Designação Específica: Rafael Lucchesi**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 26.783.766-5 SSP/SP, CPF/ME nº 282.429.088-93, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (f) **Diretor sem Designação Específica: Linaldo Vilar Junior**, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro químico, RG nº 3.349.376 SSP/PE, CPF/ME nº 649.958.664-00, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (g) **Diretor sem Designação Específica: Marcelo Mearim Lima**, brasileiro, casado, médico, RG nº 26.220.938-X SSP/SP, CPF/ME nº 214.712.948-89, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (h) **Diretor sem Designação Específica: Venâncio Jacinto Guimarães Neto**, brasileiro, casado, administrador, RG nº 33.559.755-5 SSP/SP, CPF/ME nº 226.533.888-55, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (i) **Diretor sem Designação Específica: Sérgio Ricardo Rodrigues de Almeida Santos**, brasileiro, solteiro, médico, CRM/SP nº 88.019, RG nº 2.033.770-5 SSP/SP, CPF/ME nº 150.230.09823, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (j) **Diretor sem Designação Específica: Andréa Rezende Dolabela**, brasileira, casada, administradora, RG nº 17.266.682 SSP/MG, CPF/ME nº 892.566.705-15, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (k) **Diretor sem Designação Específica: Fabro Rose**, brasileiro, casado, pedagogo, RG nº 29.356.757-4 SSP/SP, CPF/ME nº 252.494.808-02, com endereço comercial na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, tendo dentre suas atribuições, além daquelas cometidas por lei, dirigir a área de pessoas da Companhia, incluindo a administração de pessoal, treinamento, recrutamento e seleção, atuando na manutenção e desenvolvimento das políticas de recursos humanos, (n) **Diretor sem Designação Específica: Emerson Leandro Gasparetto**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, médico, RG nº 23.559.895-0 SSP/PR, CPF/ME nº 861.084.098-91, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, tendo dentre suas atribuições, além daquelas cometidas por lei, dirigir as operações hospitalares e de oncologia da Companhia, incluindo o planejamento, a implementação e a execução de planos de ação e tático, tendo como responsabilidade, ainda, o relacionamento com gestores internos e a análise de resultados e métricas de desempenho, (o) **Diretor sem Designação Específica: Sérgio Ricardo Rodrigues de Almeida Santos**, brasileiro, solteiro, médico, CRM/SP nº 88.019, RG nº 2.033.770-5 SSP/SP, CPF/ME nº 150.230.09823, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, tendo dentre suas atribuições, além daquelas cometidas por lei, dirigir o processo de posicionamento estratégico da companhia, incluindo a elaboração das políticas e dos fluxos das áreas, a fim de contribuir para o alcance dos objetivos de curto e longo prazo da companhia, além de avaliar resultados e acompanhar indicadores de desempenho e (p) **Diretor sem Designação Específica: Andréa Rezende Dolabela**, brasileira, casada, administradora, RG nº 17.266.682 SSP/MG, CPF/ME nº 892.566.705-15, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, tendo dentre suas atribuições, além daquelas cometidas por lei, dirigir a área de marketing da Companhia, incluindo o planejamento, a implementação e a execução de planos de ação e tático, o desenvolvimento de conceitos de marketing para marcas, tendo como responsabilidade, ainda, o relacionamento com gestores internos e a análise de resultados e métricas de desempenho. **5.5.** Autorizar os Diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ora tomadas, incluindo, sem limitação, realizar os registros e atualizações cadastrais da Companhia nos órgãos públicos e privados competentes. **6. Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **7. Assinaturas:** Mesa: Dulce Pugliese de Godoy Bueno, Presidente; e Fabio Ferreira Cunha, Secretário. **Conselheiros Presentes:** Dulce Pugliese de Godoy Bueno, Henrique Lourenço Grossi, Romeu Cortes Domingues, Oscar de Paula Bernardes Neto, Alexandre de Barros e George Schahin. Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. **Fabio Ferreira Cunha** - Secretário, JUCESP nº 313.803/22-5 em 21/06/2022. Gisela Simiema Caschin - Secretária Geral.

Diagnósticos da AMÉRICA S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 61.486.650/0001-83 - NIRE nº 35.300.172.507
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28/04/2022

e métricas de desempenho. **5.2.** Consolidação e ratificação da composição da Diretoria da Companhia, verificadas os cargos obrigatórios previstos no Artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, conforme segue: em relação aos Diretores com designação específica: **(a) Diretor Presidente: Pedro de Godoy Bueno**, brasileiro, casado, economista, RG nº 22.352.879-5 SSP/RS, CPF/ME nº 126.861.457-22, com endereço comercial na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, (b) **Diretor Financeiro: Felipe da Silva Guimarães**, brasileiro, casado, economista, RG nº 12.713.868-0 SESP/PR, CPF/ME nº 126.861.457-22, com endereço comercial na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010 e (c) **Diretor de Relações com Investidores: Andrew Thomas Campbell**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 63.992.768-3 SSP/SP, CPF/ME nº 227.818.428-85, com endereço comercial na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, com relação aos Diretores, sem designação específica: **(d) Diretor sem Designação Específica: Carlos de Barros Jorge Neto**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, RG nº 12.889.478-9 IFPR/PR, CPF/ME nº 055.275.307-64, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, consistindo dentre as suas atribuições, além daquelas cometidas por lei, participar e dar apoio nas operações de aquisição de participações societárias da Companhia e por suas subsidiárias, visando atingir os resultados esperados em consonância com as necessidades dos negócios da Companhia, apoiar a Diretoria de Relações com Investidores na gestão das atividades relacionadas ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada; e apoiar na gestão dos assuntos relacionados ao desenvolvimento e à implementação de assuntos e de projetos estratégicos da Dasa, observadas as metas e os objetivos da Companhia, acelerando o seu crescimento e a sua melhoria contínua, de acordo com os seus indicadores de desempenho, mediante a implementação e a execução de planos de ação e tático, e (e) **Diretor sem Designação Específica: Rafael Lucchesi**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 26.783.766-5 SSP/SP, CPF/ME nº 282.429.088-93, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, consistindo dentre suas atribuições, além daquelas cometidas por lei, dirigir as operações ambulatoriais e de diagnósticos da Companhia, incluindo o planejamento, a implementação e a execução de planos de ação e tático; e administrar, gerir e superintender os negócios sociais, tendo como responsabilidade, ainda, o relacionamento com gestores internos e a análise de resultados e métricas de desempenho. **(f) Diretor sem Designação Específica: Linaldo Vilar Junior**, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro químico, RG nº 3.349.376 SSP/PE, CPF/ME nº 649.958.664-00, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, consistindo dentre suas atribuições, além daquelas cometidas por lei, dirigir as operações ambulatoriais e de diagnósticos da Companhia, incluindo o planejamento, a implementação e a execução de planos de ação e tático; e administrar, gerir e superintender os negócios sociais, tendo como responsabilidade, ainda, o relacionamento com gestores internos e a análise de resultados e métricas de desempenho. **(g) Diretor sem Designação Específica: Gustavo Aguiar Campaña**, brasileiro, casado, médico, RG nº 26.220.938-X SSP/SP, CPF/ME nº 214.712.948-89, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, consistindo dentre suas atribuições, além daquelas cometidas por lei, dirigir e gerenciar a área de produção, com o objetivo de dar cumprimento às metas dentro de padrões de qualidade técnica, quantidade, custos e prazo estabelecidos, planejar, organizar e supervisionar as atividades de produção, bem como estabelecer controles de processos pré e pós produção por imagem, visando a garantir melhor qualidade e maior produtividade em consonância com as necessidades dos negócios da Companhia, responsabilizando-se pela regularidade dos procedimentos. **(h) Diretor sem Designação Específica: Venâncio Jacinto Guimarães Neto**, brasileiro, casado, administrador, RG nº 33.559.755-5 SSP/SP, CPF/ME nº 226.533.888-55, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, tendo dentre suas atribuições, além daquelas cometidas por lei, dirigir e gerenciar a área de análises clínicas, com o objetivo de fortalecer o relacionamento de referência área com a produção de análises clínicas, com os médicos prescritores, bem como com os pacientes, tendo como responsabilidade ainda analisar os indicadores de desempenho, propondo melhorias visando atingir resultados esperados em consonância com as necessidades dos negócios da Companhia, (i) **Diretor sem Designação Específica: Sérgio Ricardo Rodrigues de Almeida Santos**, brasileiro, solteiro em união estável, advogado, RG nº 2056098045 SSP/RS, CPF/ME nº 668.048.760-91, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, tendo dentre suas atribuições, além daquelas cometidas por lei, dirigir e gerenciar a área de pessoas da Companhia, incluindo a administração de pessoal, treinamento, recrutamento e seleção, atuando na manutenção e desenvolvimento das políticas de recursos humanos, (n) **Diretor sem Designação Específica: Emerson Leandro Gasparetto**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, médico, RG nº 23.559.895-0 SSP/PR, CPF/ME nº 861.084.098-91, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, tendo dentre suas atribuições, além daquelas cometidas por lei, dirigir as operações hospitalares e de oncologia da Companhia, incluindo o planejamento, a implementação e a execução de planos de ação e tático, tendo como responsabilidade, ainda, o relacionamento com gestores internos e a análise de resultados e métricas de desempenho. **(o) Diretor sem Designação Específica: Sérgio Ricardo Rodrigues de Almeida Santos**, brasileiro, solteiro, médico, CRM/SP nº 88.019, RG nº 2.033.770-5 SSP/SP, CPF/ME nº 150.230.09823, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, tendo dentre suas atribuições, além daquelas cometidas por lei, dirigir o processo de posicionamento estratégico da companhia, incluindo a elaboração das políticas e dos fluxos das áreas, a fim de contribuir para o alcance dos objetivos de curto e longo prazo da companhia, além de avaliar resultados e acompanhar indicadores de desempenho e (p) **Diretor sem Designação Específica: Andréa Rezende Dolabela**, brasileira, casada, administradora, RG nº 17.266.682 SSP/MG, CPF/ME nº 892.566.705-15, com escritório profissional na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.455-010, tendo dentre suas atribuições, além daquelas cometidas por lei, dirigir a área de marketing da Companhia, incluindo o planejamento, a implementação e a execução de planos de ação e tático, o desenvolvimento de conceitos de marketing para marcas, tendo como responsabilidade, ainda, o relacionamento com gestores internos e a análise de resultados e métricas de desempenho. Os Diretores, ora eleitos, serão investidos em seus cargos mediante a assinatura do respectivo termo de posse, que passam a integrar o presente instrumento com seu **Anexo I**, e será lavrado em livro próprio da Companhia. **6. Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **7. Assinaturas:** Mesa: Dulce Pugliese de Godoy Bueno, Presidente; e Fabio Ferreira Cunha, Secretário. **Conselheiros Presentes:** Dulce Pugliese de Godoy Bueno, Henrique Lourenço Grossi, Romeu Cortes Domingues, Oscar de Paula Bernardes Neto, Alexandre de Barros e George Schahin. Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. **Fabio Ferreira Cunha** - Secretário, JUCESP nº 313.803/22-5 em 21/06/2022. Gisela Simiema Caschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA
LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 139/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 28.778/2022
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 09/2022
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DAS GALERIAS EXISTENTES E ADEQUAÇÕES DE MICRODRENAGEM-RUA DUQUE DE CAXIAS X RUA BARÃO DE CAMPINAS E ENTORNOS DO "MERCADO MUNICIPAL" - CONTRATO FINISA Nº 0599.691-37-CAIXA.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 08/08/2022 às 09:30 horas
O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 – Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R\$ 0,33 (trinta e três centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 474 de 28 de dezembro de 2021.
Limeira, 04 de julho de 2022
Departamento de Gestão de Suprimentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO
Estado de São Paulo
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 51/2022 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PLANEJAMENTO
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO - CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global - REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço unitário - OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de correção de taludes, construção de linhas de drenagem com canaletas, escadas hidráulicas, caixas de retenção, calçadas, guarda corpo, iluminação e plantio de grama na via da Rua 21 de abril no Bairro Campa, conforme especificações do edital e seus anexos. - VISITA TÉCNICA FACULTATIVA: entre os dias 05/07/2022 até o dia 21/07/2022, ou seja, até o dia útil anterior a data de abertura da sessão pública, mediante prévio agendamento junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, no endereço: Sr. Luis Roberto Fontes, através do telefone: (17) 3300-1700 ramal 1705. - DATA LIMITE PARA CADASTRO: até o dia 19/07/2022. - DATA/HORA DE ENTREGA DO(S) ENVELOPE(S): até o dia 22/07/2022 às 09:00 horas. - DATA/HORA DE ABERTURA DO(S) ENVELOPE(S): dia 22/07/2022 às 09h30. - RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO: Comissão Municipal de Licitações - LOCAL: Sala de Licitações, situada na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1.375, Bairro Jardim São Mateus, na cidade de Vinhedo/SP, CEP 13.284-408, Antefixo do Centro Médico Dr. Manoel Matheus Neto. - LOCAL PARA CONSULTA E FORNECIMENTO DO EDITAL: o edital na íntegra estará disponível aos interessados a partir de 05/07/2022, no Setor de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, localizada no Paço Municipal, Rua Humberto Pescarini, nº 330, Bairro Centro, Vinhedo/SP, CEP 13.280-085, no horário das 11 às 16 horas, mediante o pagamento do valor da pasta ou gratuitamente, através do site: www.vinhedo.sp.gov.br - VALOR DA PASTA: R\$ 5,00 (cinco reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acham-se abertos na Prefeitura do Município de Bragança Paulista os seguintes certames licitatórios: PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA. DATA DA ABERTURA: 19.07.2022 ÀS 09:30 HORAS - Os editais estão disponíveis no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 e no site <http://braganca.sp.gov.br> (Portal do Cidadão). Bragança Paulista, 04 de julho de 2022. MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação, Compras e Almoarifado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acham-se abertos na Prefeitura do Município de Bragança Paulista os seguintes certames licitatórios: PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2022 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - E.P.I. DATA DA ABERTURA: 18.07.2022 ÀS 09:30 HORAS - Os editais estão disponíveis no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 e no site <http://braganca.sp.gov.br> (Portal do Cidadão). Bragança Paulista, 04 de julho de 2022. MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação, Compras e Almoarifado.

NK 178 Empreendimentos e Participações S.A.
em organização
Ata da Assembleia Geral de Constituição em 12/05/2022
Data, Hora e Local: Aos 12/05/2022, às 10h00, na Alameda Santos, nº 1.293, 4º andar, conj. 42, São Paulo/SP, CEP: 01419-904. **Quorum de Instalação:** verificou-se a presença dos Acionistas Fundadores da Sociedade conforme boletins de subscrição. **Anexo II** e lista de presença (Anexo II). **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Leonardo Luis do Carmo, que convidou em nome de Crista da Silva para o cargo de secretário. **Ordem do Dia:** 1º - Ordenar de Dia e Eleição dos Diretores e membros do Conselho de Administração; 2º - Ordenar de Dia e Eleição dos Diretores e membros do Conselho de Administração